

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016
(Do Sr. Nilto Tatto)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO ao Sr. Ministro da Casa Civil, cópia “capa a capa” do processo referente à aquisição da Fazenda Estreito da Ponte de Pedra, por parte do Incra, para fins de assentamento de famílias rurais.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, da Lei 1.579, de 1952 e art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão a REQUISIÇÃO, ao Sr. Ministro da Casa Civil, cópia “capa a capa” do processo referente à aquisição da Fazenda Estreito da Ponte de Pedra, por parte do Incra, para fins de assentamento de famílias rurais.

JUSTIFICAÇÃO

Mais um escândalo aparece no governo de Michel Temer. O ministro Eliseu Padilha, segundo consta em matéria da Revista Veja Edição nº 2506, estaria às voltas com uma aquisição de uma fazenda no Estado de Goiás, cuja operação envolve quase R\$ 500 milhões, ou seja, meio bilhão de reais.

Trata-se da Fazenda Estreito da Ponte de Pedra, localizada entre os municípios de Paraúna e Rio Verde, com uma área de 4.900 hectares e que há 20 anos é objeto de discussão jurídica sobre o valor da desapropriação a ser paga pelo Incra. A propriedade está registrada sobre o nome Agropecuária Ponte de Pedra Ltda, no município de Rio Verde/GO, jurisdição da SR-04/GO – Incra

Não obstante o fato de já ter-se passado 20 anos, os proprietários estão questionando o valor da desapropriação e o Incra não tem acordo sobre isto.

Causa estranheza que um Ministro da Casa Civil entre pessoalmente nestas negociações e autorize um pagamento desta monta, sem ouvir o órgão fundiário.

Várias matérias jornalísticas abordaram o assunto, conforme demonstrado abaixo.

<https://cristalvox.com/escandalo-padilha-no-centro-de-um-furacao-de-meio-bilhao-de-reais/>

Escândalo: Padilha no “centro de um furacão” de meio bilhão de reais

O Cristalvox não publica notícia falsa! Sobre um nebuloso negócio de 469 milhões de reais, envolvendo o ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha e a desapropriação de uma fazenda em Goiás. O caso se agiganta e toma proporções de escândalo incontrolável, podendo provocar a queda do “primeiro amigo” do Presidente Michel Temer ...”Padilha afirmou que nem pediu que o caso fosse analisado, no que foi prontamente desmentido pelo deputado Jovair Arantes, que intermediou toda a conversa entre os interessados: ” Ele Fez. E, de fato, é o que tem de fazer mesmo“

Não bastassem escutas telefônicas (clandestinas) captadas no gabinete presidencial por um ex-ministro (Marcelo Calero, da Cultura), que culminaram com a demissão do Secretário Geral da Presidência, o “anão” Geddel Vieira Lima, agora surge um escândalo de proporções gigantescas envolvendo o Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. O “mandrake” só não ocorreu porque funcionários do Incra abortaram um “negocinho” de R\$ 469 milhões de reais.

A revista Veja, edição 2506, publicada no final desta semana, na pag. 61, “esconde” a uma informação de dimensões oceânicas quando o assunto é corrupção, desmandos e crime organizado no setor público. Diz Veja:

”As complicações não se resumem à Lava Jato. O próprio ministro Eliseu Padilha anda às voltas com as suspeitas de ter autorizado o pagamento de fabulosos 469 milhões de reais para a desapropriação de uma fazenda no interior de Goiás, a Estreito Ponte de Pedra, com 4.900 hectares, onde estão assentadas 114 famílias. Por esse preço, era melhor dar 4 milhões de reais a cada família. Quando os diretores do Incra, órgão responsável por questões agrárias, souberam da indenização, houve revolta.

O Procurador do Incra, Junior Divino Fidelis disse: ”Não me sinto confortável em aprovar um negócio de tal magnitude, pois não há parecer meu no processo“.

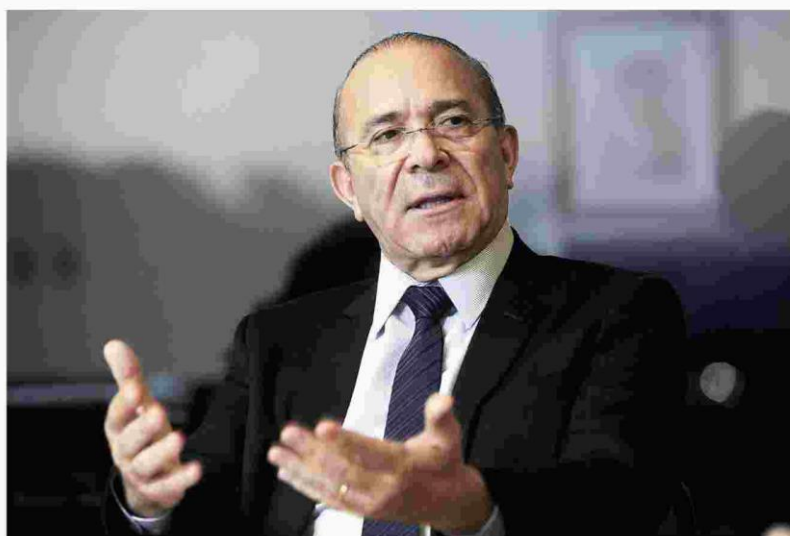
Outro diretor lembrou que avaliações técnicas exigidas pela lei nem sequer haviam sido feitas. Outro ainda avaliou que o preço é 04 vezes acima do de mercado.

”Isso a Casa Civil vai resolver“, respondeu o presidente do Incra, Leonardo Góes da Silva! Ou seja: O caso foi parara na Casa Civil, sob as “asas” de Eliseu Padilha, tal como queriam que ocorresse no caso do prédio de Geddel.

Procurado por Veja, Padilha afirmou que nem pediu que o caso fosse analisado, no que foi prontamente desmentido pelo deputado Jovair Arantes, que intermediou toda a conversa entre os interessados: ” Ele Fez. E, de fato, é o que tem de fazer mesmo“.

A própria Revista Veja reservou longa reportagem sobre o assunto e coloca o Ministro no centro de uma decisão questionada pelo órgão fundiário, mas que ao seu jeito patrimonialista de lidar com a coisa pública, manda que o órgão pague.

O Presidente do Incra teria se recusado a cumprir a ordem de seu superior.



DESAPROPRIAÇÃO

Funcionários do Incra relatam que o ministro Padilha deu ordens ao órgão para que comprasse a fazenda no interior de Goiás por impressionantes 469 milhões de reais. Ele nega e diz que apenas ouviu o pleito

A crise provocada por Geddel atingiu seu ponto de ebulição quando o próprio presidente começou a receber respingos do escândalo. Primeiro, o caso se resumia à denúncia de Marcelo Calero, ex-ministro da Cultura, de que Geddel o havia pressionado repetidamente para autorizar a construção de um edifício de trinta andares num ponto histórico de Salvador, na Bahia. Depois, Calero contou que a pressão também partiu de Eliseu Padilha, que entrou no assunto ao pedir que a discórdia da autorização fosse dirimida pela Advocacia-Geral da União, que está sob as asas do próprio Padilha.

Na quinta-feira, após o depoimento de Calero sobre o caso na Polícia Federal, surgiu outra novidade: o próprio presidente pressionara Calero a liberar a construção do prédio. Temer, na versão do ex-ministro, disse que a obstrução criara “dificuldades operacionais” em seu gabinete porque Geddel estava “bastante irritado” e, também ele, recomendou que o caso fosse encaminhado à AGU. O presidente admitiu ter falado com o ex-ministro sobre o assunto, mas negou que tivesse lhe pedido algo que não fosse republicano. A temperatura subiu mais ainda quando a PF informou ao Palácio do Planalto que Calero gravara parte das conversas com Geddel, Padilha e até com o próprio presidente. Ou seja: tinha como provar as acusações que apresentou à polícia.

Naturalmente, só o lobby em favor dos interesses pessoais de Geddel pode explicar que a construção de um prédio com deslumbrante vista para a Baía de Todos-os-Santos tenha se tornado um assunto tão relevante para o governo. Mostra como os hábitos e vícios de outrora resistem aos ventos higienizadores do presente. Afirma o historiador Boris Fausto: “Há um choque entre uma velha cultura política, de velhas práticas, e uma coisa nova que está surgindo”. Nesse embate entre o passado e o presente, Temer, é preciso que se reconheça, tem percorrido o caminho certo: livra-se dos ministros que irrompem na ribalta sob uma luz plúmbea, como agora se livrou de Geddel. Tardou a fazê-lo, mas o Brasil da LavaJato trouxe uma realidade inédita: as autoridades sem mandato parlamentar, e portanto sem direito a foro privilegiado, são praticamente condenadas à cadeia quando demitidas. A isso se deveu a demora em demitir Geddel, que não tem mandato e está enrolado até os cabelos na Lava-Jato. A demissão de Romero Jucá, do Planejamento, levou menos tempo para acontecer precisamente por isso: Jucá tem mandato, é senador, e deixar a Esplanada dos Ministérios, para ele, não equivale a sentir a sombra imediata da carceragem da Polícia Federal. São novos tempos estes que vivemos.

E, claro, há sempre os inesquecíveis problemas à frente: a delação da Odebrecht e as demais investigações da Lava-Jato. Moreira Franco, por exemplo, já apareceu nas malhas da empreiteira OAS, que fez uma doação de 5 milhões de reais a Temer, então candidato a vice-presidente, em troca da boa vontade do PMDB na defesa de seus interesses no setor de aeroportos. Nas negociações de seu acordo de delação premiada, um dos executivos da Odebrecht disse que pagou propina a Moreira Franco em 2014, quando ele era ministro da Secretaria de Aviação Civil. A Odebrecht, concessionária do Galeão, assim como a OAS, concessionária de Cumbica, estava interessada no veto à autorização de um terceiro aeroporto na Grande São Paulo, o que de fato ocorreu. A Odebrecht também fará barulho no caso de Eliseu Padilha. Os executivos da empresa dirão que ele recebeu, em nome do PMDB, 4 milhões de reais em dinheiro vivo durante a campanha de 2014.

As complicações nem se resumem à Lava-Jato. O próprio ministro Eliseu Padilha anda às voltas com as suspeitas de ter autorizado o pagamento de fabulosos 469 milhões de reais para a desapropriação de uma fazenda no interior de Goiás, a Estreito da Ponte de Pedra, com 4 900 hectares, onde estão assentadas 114 famílias. Por esse preço, era melhor dar 4 milhões de reais a cada família. Quando os diretores

do Incra, órgão responsável por questões agrárias, souberam da indenização, houve revolta. O procurador do Incra, Junior Divino Fideles, disse: “Não me sinto confortável em aprovar um negócio de tal magnitude, pois não há parecer meu no processo”. Outro diretor lembrou que avaliações técnicas exigidas pela lei nem sequer haviam sido feitas. Outro ainda avaliou que o preço é quatro vezes acima do de mercado. “Isso a Casa Civil vai resolver”, respondeu o presidente do Incra, Leonardo Góes Silva. Ou seja: o caso foi parar na Casa Civil, sob as asas de Padilha, tal como queriam que ocorresse no caso do prédio de Geddel. Procurado por VEJA, Padilha afirmou que nem sequer pediu que o caso fosse analisado, no que foi prontamente desmentido pelo deputado Jovair Arantes, que intermediou toda a conversa entre os interessados: “Ele fez. E, de fato, é o que tem de fazer mesmo”.

Com desapropriações dúbias de valores milionários, com edifícios majestosos erguidos em Salvador, com questões de aparência menor salpicando pelo governo, o presidente Michel Temer tem sua tarefa altamente dificultada. Até aqui, vem concentrando seu foco na aprovação da PEC do Teto, que limita os gastos públicos, e em breve deverá aprontar sua proposta de reforma previdenciária. São dois passos importantes, se não para o governo, para o

Não bastasse as reportagens acima mencionadas, a TV Record veiculou matéria sobre a área, demonstrando que há boa intenção de todos os lados, mas há divergência no valor.

Como pode então, o Ministro da Casa Civil, mandar pagar o valor de R\$ 500 milhões, sem reconhecimento do órgão fundiário? Que interesses estão por trás de tal comando?

<http://noticias.r7.com/fala-brasil/videos/decisao-do-incra-pode-mais-de-100-familias-sem-terra-no-interior-de-goias-25102016>

É necessário que a CPI possa se debruçar sobre este processo e compreender os motivos de tamanho litígio.

Contamos com a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Sala das Comissões, em 30 novembro de 2016.

Dep. Nilto Tatto

PT - SP